

ÍNDICE

	Págs.
§ 1.º — Apresentação do problema e linhas gerais da sua solução	7
§ 2.º — Direitos especiais, <i>golden shares</i> e restrições à liberdade de circulação de capitais	11
1. Direitos especiais do Estado ou outros entes públicos	13
2. Direitos especiais e <i>golden shares</i>	17
3. Direitos especiais e actividade reguladora	23
4. Direitos especiais e restrições à liberdade de circulação de capitais (artigo 56.º do TCE)	25
§ 3.º — As <i>golden shares</i> do Estado português	37
§ 4.º — Limites à admissibilidade e ao exercício das <i>golden shares</i> do Estado português na perspectiva do direito interno	51
1. As <i>golden shares</i> do Estado português e o direito geral das sociedades comerciais	53
2. O princípio da prossecução do interesse público e o princípio da proporcionalidade como limites ao exercício dos poderes especiais do Estado português	59
3. A actividade das autoridades reguladoras independentes e sua repercussão no exercício dos poderes especiais	69

	Págs.
§ 5.º — Limites à admissibilidade das <i>golden shares</i> e outros instrumentos na perspectiva do direito comunitário.....	75
1. Os direitos especiais como restrições à liberdade de circulação de capitais. Eventual justificação das restrições (artigos 56.º e 58.º do TCE).....	77
2. As <i>golden shares</i> do Estado português como restrições injustificadas à liberdade de circulação de capitais.....	89
3. Implicações no direito das sociedades comerciais	93
§ 6.º — Conclusões	99